

Sessão de 16-7-1880

O SR. JOAQUIM NABUCO – Levantando-me para sustentar, em uma hora tão adiantada, as interpelações dirigidas ao nobre ministro do Império pelo nobre deputado pelo Amazonas, cumpro um dever que deveria desempenhar, ainda que à custa do maior sacrifício.

Não era possível, por mais adiantada que a hora estivesse, e por mais fatigada mesmo que a Câmara se achasse, que uma interpelação, que versa sobre princípios em que a liberdade de consciência está interessada, não fosse sustentada nesta tribuna.

Faço-o com tanto mais convicção quanto as explicações que o nobre ministro do Império acaba de dar, por forma alguma poderiam satisfazer ao nobre deputado pelo Amazonas, como não me satisfizeram a mim.

O Sr. Martim Francisco – O interpelante no primeiro ponto apoiou o Sr. ministro do Império.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Tenho pelo nobre ministro do Império, pessoalmente, sentimentos que nunca foram desmentidos desde os bancos do colégio.

O Sr. Barão Homem de Melo (ministro do Império) – Sentimentos que eu muito prezo.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Se S. Ex.^a tem acompanhado todos os passos do seu aluno, eu também nunca deixei de sentir verdadeiro prazer em vê-lo conquistar as mais altas posições do Estado, uma após outra, sempre com o mais legítimo direito.

Mas, Senhores, um gabinete composto de nomes os mais simpáticos é um acidente muito passageiro na vida de um povo; é sempre uma duração efêmera, que, às vezes, nem pode ser contado por anos, ao passo que os princípios que estão hoje em disputa, as declarações que exigimos do Gabinete, não são um acidente passageiro, interessam aos próprios direitos da consciência humana.

Amigo do Governo, falo, todavia, com a maior isenção. Assim como na questão da emancipação acho que é esse um grande terreno, em que é lícito derribar não só um gabinete amigo, como o próprio partido...

O Sr. Jerônimo Sodré – Apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Assim como consignei o meu voto contrário à reforma eleitoral, que era a questão de maior confiança, da vida do

Gabinete, porque restringia o direito de voto, assim também entendo que a liberdade de consciência é sempre, qualquer que seja a face pela qual seja encarada, uma dessas questões em que o homem político não tem o direito de escolher entre a conservação dos seus amigos no poder e o serviço que é obrigado a prestar às suas idéias. (*Muito bem! Muito bem!*)

O motivo da interpelação pode não parecer vital; pode-se dizer que as associações que o nobre ministro do Império autorizou a funcionarem, no colégio das irmãs de caridade, são atos da vida doméstica daquele colégio, são apenas o prolongamento mais ou menos interno de uma sociedade que está, há muito tempo, prosperando diante das nossas vistas.

A verdade, porém, é que em matéria de liberdade religiosa, em tudo o que envolve a liberdade de consciência, não há questões pequenas, porque todas as questões prendem-se entre si. (*Apoiados.*) Nós o vimos bem, quando o ano passado foi dada uma batalha política da maior importância para o pensamento livre sobre um ponto que parece a alguns de nenhum alcance prático imediato, como a entrada dos acatólicos para o Parlamento.

O Sr. Freitas Coutinho – Mas a Câmara votou contra.

O SR. JOAQUIM NABUCO – É a isto que quero referir-me.

O Sr. Antônio Carlos – E votou este ano a favor. (*Riso.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Vede, porém, e para isso quero chamar a atenção da Câmara e do Partido Liberal, vede as batalhas que se tem travado em torno do estandarte da liberdade de consciência neste recinto. A primeira vez perdemos a batalha como acaba de dizer o nobre deputado pela Bahia; mas da segunda vez nós a ganhamos.

E por que ganhamos nós a segunda batalha da liberdade de consciência?

Foi porque o Partido Liberal tivesse reunido maiores forças? Não, foi pelo passaporte que o Sr. Barão de Cotegipe deu à elegibilidade dos acatólicos no Senado. (*Apoiados e reclamações.*)

Só quando os conservadores nos autorizaram a inscrever na nossa reforma a elegibilidade dos acatólicos, é que nós o fizemos. (*Apartes; apoiados e reclamações.*) Os nobres deputados obrigam-me a retroceder.

Por que razão o honrado presidente do Gabinete passado não consignou no projeto de reforma eleitoral a elegibilidade dos acatólicos? Foi, e aqui se disse muitas vezes, pelos escrúpulos do Senado.

Pois bem, foi, quando esses escrúpulos se desvaneceram, quando o Partido Conservador, pelo órgão do ilustre Barão de Cotegipe, declarou que a elegibilidade dos acatólicos não era uma questão política, que era esse um ponto em que ele estava disposto a adiantar-se ao honrado ex-presidente do Conselho, que o Partido Liberal lançou na sua lei essa disposição.

O Sr. Felício dos Santos – Nem eu nem V. Ex.^a esperamos isso.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não estou falando de mim nem do nobre deputado, nem deste ou daquele deputado, estou falando daqueles que têm tido até hoje a iniciativa das reformas feitas pela situação liberal. (*Apoiados e apartes.*)

A hora está muito adiantada, eu desejo chegar ao fim, mesmo porque a Câmara deve estar ansiosa para ouvir as declarações do nobre ministro dos Negócios Estrangeiros.

Foi nossa primeira batalha uma campanha perdida, com grande prazer dos ultramontanos, porque, Senhores, devemos o reconhecer: depois dos 10 anos de oposição que fizemos ao Partido Conservador, se alguma coisa os ultramontanos podiam recear do Partido Liberal era que, pela experiência da questão religiosa, nós viéssemos proclamar desse logo o princípio da liberdade de religião em todas as suas aplicações. Era isso o que eles podiam temer; mas neste ponto o nobre ex-presidente do Conselho havia com muita antecedência dissipado qualquer receio, assim como podiam os outros elementos conservadores temer que nós quiséssemos alargar, completando-a de um modo eficaz, a ação da lei de 28 de setembro.

A interpelação do nobre deputado pelo Amazonas parece-me o campo, o terreno verdadeiro onde se pode medir melhor as forças dos ultramontanos e dos liberais e contar aqueles poucos que nesta casa querem pôr estorvos às idéias com que militou o Partido Liberal nos 10 anos de oposição.

O Sr. Jerônimo Sodré – O programa nunca tratou da questão religiosa.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Como não? O partido inseriu no seu programa este compromisso: *garantias efetivas para a liberdade de consciência*. O que era isto se não acabar por uma vez com a questão religiosa? (*Apartes.*)

O Sr. Jerônimo Sodré – Essas garantias estão na Constituição.

O SR. JOAQUIM NABUCO – A Constituição do Império satisfaz ao nobre deputado pela Bahia... mas, não como ela é, e foi feita. A Constituição interpretada à luz do *Syllabus* e do Concílio Tridentino, exatamente como os ultramontanos a interpretam, pondo em evidência as palavras sacramentais – em nome da Santíssima Trindade – sob cuja invocação ela foi posta; tornada em um monumento da política religiosa dos nossos antepassados; essa Constituição satisfaz o nobre deputado, mas a Constituição do Império, que subordina a Igreja ao Estado, que faz, até certo ponto, do Imperador o verdadeiro papa da religião católica no Brasil; que lhe dá o direito de nomear os bispos, autorizando-o assim a intervir na sucessão direta dos apóstolos; a Constituição que, parece, quis implantar no Brasil uma utopia, uma quimera, uma igreja nacional brasileira, como queria Bossuet fundar em França uma

igreja nacional francesa, essa constituição galicana, regalista, que subordina a Igreja ao Estado não pode satisfazer o nobre deputado. (*Aplausos das galerias.*)

O Sr. Joaquim Sodré – Não é com apóstrofes que se decide isso. Entre V. Ex.^a na questão e veremos quem tem razão.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Nada me é mais fácil de que liquidar este ponto com o nobre deputado. Não está pela Constituição a Igreja submetida ao Governo? Não tem o Imperador direito de nomear os bispos? Não tem o Imperador o direito de impor um veto caprichoso a todos os decretos e a todas as bulas de Roma?

O Sr. Jerônimo Sodré – V. Ex.^a argumenta mal. Em política não se pode supor caprichoso um poder. (*Manifestações de desagrado nas galerias.*)

O Sr. Zama – Isto assim não pode continuar, é preciso que V. Ex.^a mantenha a ordem.

O Sr. Presidente – As galerias não podem dar sinais de aprovação ou de reprovação.

O Sr. Jerônimo Sodré – Eu estou argumentando lealmente. Nunca se deve calcular que um poder exorbita. Esta é que é a opinião liberal.

O Sr. Horta de Araújo – Nós devemos desconfiar de que o poder tende sempre a exorbitar.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Tem ou não tem o Imperador pela Constituição aqueles direitos?

O Sr. Jerônimo Sodré – Tem, e eu procuro argumentar com lealdade...

O SR. JOAQUIM NABUCO – O nobre deputado não pode dirigir-se a mim com essas palavras.

O Sr. Jerônimo Sodré – Decerto que não.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Pois bem, eu ia dizer que as manifestações de que se trata, não se dirigem tanto contra o nobre deputado, como primeiro contra mim.

Vozes – Muito bem!

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas pergunto: pela Constituição, não tem o Poder Moderador, não tem o Poder Executivo direitos tão essenciais, tão

preponderantes, tão vitais na marcha e direção da Igreja Católica que, se a Constituição fosse executada por um soberano que quisesse ter, como parece ser a aspiração de muitos liberais, a Igreja debaixo dos pés, ela não se poderia mover? (*Apoiados.*)

O Sr. Felício dos Santos — E o nobre deputado acha isto bom?

O SR. JOAQUIM NABUCO — Não acho bom; sou partidário da separação da Igreja do Estado. (*Apoiados.*)

Mas como desejo desenvolver certa ordem de considerações, e como pela hora e pelo cansaço que provêm naturalmente de uma longa sessão agitada, acho-me fatigado, eu desejaria prosseguir sem estorvo, respondendo-me depois os nobres deputados.

Quais são, em relação à liberdade de consciência e às *garantias efetivas* que para ela pedia o programa liberal, os atos que o Partido Liberal no Governo tem praticado? O que temos nós feito desde três anos que subimos ao poder para solver esse compromisso e desempenhar essa grande obrigação que assumimos?

Se houve uma questão que eu seguisse de perto, na redação da *Reforma*, na tribuna das conferências, foi a questão religiosa.

Houve um momento em que a atenção toda do País se concentrava sobre ela. Pois bem; esta questão até hoje não teve uma solução legal, permanente; teve uma solução política transitória, quando a sucessão do Ministério Caxias ao Ministério Rio Branco transformou na política de anistia, posta sob a proteção da Princesa Imperial, a política da repressão, de que o Imperador parecia ser o corpo e a alma. Foi uma solução política transitória, eu digo, porque amanhã, se houver no episcopado um bispo tão militante, tão soldado, tão janízaro do papado como o último diocesano de Pernambuco (*apoiados e não-apoiados*), a questão religiosa se renovará da mesma forma e nos mesmos termos.

Quais são, porém, as providências que o Partido Liberal tem tomado para evitar a repetição desses conflitos provocados pelo episcopado brasileiro? Quais são as avenidas que ele tem aberto para sair-se airoso de uma tal dificuldade? Então, toda a nossa providência consiste em nada fazermos para evitar os conflitos; em nada prevenir; em não admitir que nos passe mesmo pela imaginação a possibilidade de uma nova *questão religiosa* idêntica à outra, para depois lhe darmos a mesma solução efêmera, ocasional, passageira, que lhe deram os nossos adversários? O que pedimos nós quando se travou essa luta entre o Estado e a Igreja? Pedíamos que o País fosse encaminhado para a separação da Igreja do Estado (*apoiados*), e, no entanto, o que temos nós feito para encaminhar o País no sentido da separação da Igreja do Estado?

Quanto ao casamento civil, o nobre ministro do Império acaba de declarar ao Parlamento que essa reforma não está longe do pensamento do Governo; nem podia deixar de estar, Senhores, porque não creio que haja entre os sete ministros um só clerical. Suponho que não há um só que se ache

decidido, no dia de hoje, a levantar uma questão com o fim de dar novas garantias à liberdade de consciência; suponho que nenhum deles tem, pelas reformas que se prendem à completa igualdade civil e política das diversas religiões, o fanatismo que o nobre presidente do Conselho tem pela eleição direta; mas também estou certo de que todos desejariam ver realizadas essas reformas.

O nobre ministro do Império manifestou-se hoje sobre o casamento civil de um modo que não me parece satisfatório, porque o sustentou pelas nossas relações com a Europa, pela entrada constante de estrangeiros em nosso país.

O Sr. Barão Homem de Melo (ministro do Império) – Pela estabilidade dos direitos de família.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Em relação à emigração.

O Sr. Barão Homem de Melo (ministro do Império) – Como uma das faces da questão; e posso apresentar o relatório do Ministro da Justiça de 1855, considerando justamente essa como uma das faces mais importantes da questão.

O Sr. Dantas (ministro da Justiça) – Declarou que era uma necessidade, e é.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas ainda assim, declarando que era uma necessidade, o Governo não se preocupa por ora de satisfazê-la, e deixa para quando se apresentar esse todo de legislação civil, que infelizmente não podemos saber quando poderá aparecer.

O Sr. Rodolfo Dantas – Não foi isto que ele disse. Disse que não podia apresentar, como medida do Governo, antes da reforma eleitoral.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Se foi isto o que o nobre ministro disse, a saber, que não podia apresentar o projeto de casamento civil, como medida do Governo, antes de ter solução no Senado a questão eleitoral, eu perguntarei se uma dessas medidas depende da outra, se as duas não se podem apresentar simultaneamente, e se, quanto a reformas políticas, esta câmara não está de todo livre e desembaraçada para tratar desde já do casamento civil?

Como querem, porém, o casamento civil, tantos membros do Partido Liberal que o representam nesta casa? Eles o querem, como querem a secularização dos cemitérios, como medida facultativa.

O Sr. Rodolfo Dantas e outros muitos Srs. Deputados – Não apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não me dirijo aos nobres deputados que representam a mocidade em todas as suas aspirações; mas a outros que não

pensam do mesmo modo, porque o Partido Liberal está aqui representado em todos os seus matizes.

Admite-se o casamento civil para os que não quiserem casar-se catolicamente; assim como admitem os cemitérios municipais para os que não quiserem ser enterrados nos cemitérios católicos.

O Sr. Rodolfo Dantas – A liberdade dos cemitérios pode coexistir com o casamento civil; o cemitério é questão de higiene.

O SR. JOAQUIM NABUCO – O liberalismo, por consequência, que me parece predominante neste recinto, acusa-nos de não querermos a liberdade para os católicos. É do que muitos dos meus nobres colegas se queixam.

Os nobres deputados dizem-nos: “Quereis liberdade para tudo e para todos, menos para os católicos, que constituem, se não a unanimidade, em todo caso uma maioria respeitável de 19 vigésimos da população.

Neste ponto, o meu liberalismo é diverso; é muito oposto às pretensões que esses nobres deputados favorecem, e, por isso, quero bem defini-lo: não posso deixar de dizer algumas palavras sobre o que me parece ser a verdadeira política liberal.

Vejamos o que devemos fazer, vejamos o que podemos fazer. Até ao fim do meu discurso, não pretendo confundir o catolicismo com o clericalismo; não pretendo censurar a religião católica, porque a respeito, porque é a religião dos meus compatriotas.

O Sr. Jerônimo Sodré – Então está figurando uma outra?

O SR. JOAQUIM NABUCO – Estarei figurando uma outra, porque não confundo a religião católica, que é a de todos os brasileiros, com o clericalismo, que é a política da Santa Sé? Porque não confundo a totalidade do País com a milícia estrangeira, ao serviço de Roma (*apoiados*); que explora este sentimento puro, espontâneo, ingênuo, que se chama o sentimento religioso, em proveito de uma política?

O Sr. Jerônimo Sodré – Esta não existe.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Em toda a parte o sentimento religioso, que é um sentimento são da humanidade, acha-se à mercê daqueles que reconhecem nela o melhor capital para as suas explorações; a religião é utilizada pelos que fazem profissão de servir o espírito clerical: o catolicismo espalhado pelo mundo inteiro é explorado em favor de uma política, que, se hoje não ousa ostentar a mesma pretensão da bula *Unam Sanctum*, quando reclamava para o papa os dois gládios, o temporal e o espiritual, o domínio sobre os reinos, assim como o domínio sobre as almas, nem por isso deixa de ter em reserva as mesmas pretensões de domínio absoluto, por modo tal que, se o clericalismo romano

ganhasse a grande batalha que travou, as primeiras vítimas do seu rancor seriam aqueles mesmos que, julgando ceder a um sentimento liberal, são os instrumentos, os cúmplices inconscientes, sem fazer ofensa à inteligência dos nobres deputados, os cúmplices inconscientes de uma política que é a negação de todas as conquistas do direito e da civilização moderna.

Senhores, se há alguma religião, e eu não me queria ocupar deste assunto, porque, confesso à Câmara, acho-me excessivamente fatigado pelo tom em que tenho falado, se há alguma religião que seja a mais apropriada à ação sacerdotal, que seja a mais plástica nas mãos do clericalismo, e que ofereça maiores vantagens e mais facilidades para essas explorações políticas do espírito clerical, é a religião católica.

Há muitas religiões espalhadas pelos milhões de habitantes da terra; mas nenhuma dessas religiões oferece, ao espírito que quer explorar em proveito de uma política o sentimento religioso da humanidade, um terreno tão próprio, um auxílio tão espontâneo, um concurso tão natural, como a religião católica.

Não sei se desde o princípio, quando a religião pura e ideal de Jesus Cristo foi convertida na doutrina de uma seita, quando a moral pregada no Sermão da Montanha, e que se dirigia unicamente aos corações, converteu-se na disciplina dos sacramentos que deviam marcar o homem em todos os seus passos através da vida até a morte; não sei se desde então havia o pensamento de tornar todo o homem que levanta a fronte para o céu e sente em si o sentimento religioso, o escravo, o instrumento, a vítima da exploração clerical.

Não sei se havia esse pensamento; mas, se o gênio humano quisesse inventar uma série de mistérios sagrados, de símbolos, pelos quais o homem filiado a uma certa religião fosse deixando pouco a pouco aos pés dos representantes da Divindade toda a iniciativa e toda a liberdade do seu coração, da sua inteligência, o gênio humano, Senhores, não poderia imaginar uma série sucessiva de abdições da vontade, de capitulações da consciência, de sujeições do crente ao espírito da seita, de renúncias marcadas todas com o sinal indelével da posse da Igreja, do que a escala dos sacramentos. A Igreja toma o homem ao nascer e imprime-lhe na fonte esse sinal, do qual ele nunca há de perder o vestígio, porque todos permanecem, com poucas exceções, por um sentimento compreensível do coração, até ao fim, cheios de respeito e de atenção para essa religião, na qual se nasceu e na qual se foi batizado. Esse é o batismo, que marca a criança com um sinal que perdura no homem, porque quaisquer que sejam as transformações do seu espírito, ainda que deixe de ser católico e torne-se mesmo, no segredo da sua consciência, ateu, quase todos os que foram batizados permanecem exterior e socialmente no grêmio da Igreja Católica. Tanto é assim, que se contesta a entrada nesta câmara a um acatólico, a um cristão, ao passo que, só pelo fato de ter sido batizado, o ateu, o cético, podem sentar-se nestes bancos, porque têm o sinal exterior de membro da Igreja.

(O Sr. Felício dos Santos dá um aparte.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Se o nobre deputado, cuja inteligência eu reconheço, não compreende o meu sentido, é porque me tenho mal explicado.

O que eu digo é que por mais que o homem intelectualmente se emancipe, na grande maioria dos casos a Igreja conta aparentemente em seu seio os que foram batizados, porque por uma série de delicadezas e de conveniências sociais, quase todos os que se divorciaram inteiramente do catolicismo, se não escondem as suas idéias, têm um certo escrúpulo em anunciar que abandonaram a religião na qual nasceram e são contados no número dos católicos.

O Sr. Jerônimo Sodré – Por esta doutrina de V. Ex.^a não haveria um protestante na Europa, porque toda ela foi católica. (*Cruzam-se outros apartes.*)

O Sr. Presidente – Atenção!

O SR. JOAQUIM NABUCO – Este é o primeiro ato, que não é um ato espontâneo, que não é um ato que interesse à responsabilidade do indivíduo; e por isso ainda que este sacramento tenha-se desvirtuado do seu fim, logo que o homem chegar a formar por si mesmo idéia da religião que outro jurou que ele seguiria é levado novamente para fazer por si mesmo a promessa que outrem fez por ele.

Desde então, Senhores, quando a adolescência passa, começa por um novo sacramento, o mais forte e notável de todos, a penitência, a ação que dia por dia a Igreja tem sobre os seus fiéis, a ação que não se limita unicamente às suas palavras, aos seus atos, à aparência que todos os homens têm na sociedade, e que os torna diversos do que eles realmente são, mas que penetra no que há de mais íntimo, naquilo que muitas vezes eles não ousam confessar-se a si mesmos, que os obriga a esmerilhar com a crueldade de consciência revoltada contra si mesmo pelo terror do pecado todos os impulsos, todos os movimentos, todos os instintos, os mais involuntários e irrepreensíveis que possa haver no coração, para trazer tudo aos pés do padre, por forma que este veja o que ninguém pode ver.

É pela confissão, que força o homem a desvendar-se tal qual ele é, sem mistérios, sem segredos, sem reservas, ao seu confessor e diretor da sua consciência, que a Igreja adquire o seu completo domínio, que se exerce, principalmente sobre as mulheres, que são para o espírito clerical, como filhas, como mães, como esposas, os primeiros, os mais úteis e os mais inteligentes instrumentos de sua propaganda. (*Apoiados.*) Pois bem, sendo assim, pode-se aquilatar o progresso de um país católico pela solidão que se fizer em torno dos confessionários.

Quais são os outros sacramentos? E eu os estou estudando na sua ação sobre os fiéis e os crentes.

É um que acompanha o homem, até ao momento de morrer, e que dá à Igreja direito sobre o cadáver. É em nome desse sacramento que imprime no

moribundo o sinal da Igreja, que ela julga-se autorizada a dar os espetáculos verdadeiramente lutosos, a que temos assistido mesmo no nosso país, recusando-se à porta dos cemitérios católicos os cadáveres daqueles que morreram sem a extrema-unção.

Ainda há, porém, um sacramento propriamente civil que interessa ao homem na sociedade. É o matrimônio, que leva a ação da Igreja até ao ato mais importante da vida, ao casamento, à formação da família, e que põe toda a imensa força que decorre do poder de autorizar e impedir os casamentos nas mãos do poder clerical, por forma que em um país como o Brasil, que se jacta de ser livre, ainda todas as questões relativas à constituição da família são decididas pelos tribunais eclesiásticos. (*Apoiados.*)

O Sr. Antônio Carlos – Porque a legislação civil aceitou a legislação eclesiástica.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Devo falar, e no desenvolvimento que tenho dado ao estudo dos meios de ação da Igreja sobre os seus membros, de um sacramento ainda que não se refere à grande comunhão católica, mas à formação da milícia que a Igreja organiza: é o sacramento das ordens, pelo qual se recruta e se disciplina o exército, também arregimentado, tão formidável, tão poderoso, do clericalismo romano, para o qual, aliás, o Estado concorre com todas as suas forças.

Pois bem; eu ontem votei contra a verba dos seminários; por quê? Porque entendo que não pertence ao Estado o dever de formar sacerdotes e de dar ministros a nenhuma religião. (*Apoiados.*)

Seria preciso primeiro abrir-se um inquérito para ver que não há nenhuma violência, nenhum meio injusto, nenhuma persuasão censurável no modo pelo qual se recrutam os meninos que devem formar depois os soldados da Santa Sé.

Em uma certa idade repugna ao carácter brasileiro, ao nosso temperamento, às nossas idéias, entrar para a vida sacerdotal. Um homem feito não quer ser padre. (*Não-apoiados e apartes.*)

Quem teve uma educação civil, que foi educado no meio da sociedade, não quer ser padre, salvo raras vocações. Os que querem ser sacerdotes são meninos que são habilmente preparados para essa carreira, que são separados da sociedade, educados em uma atmosfera especial de misticismo, isolados de todas as ambições e aspirações patrióticas, educados para esse fim.

O Sr. Zama – Isso não é exato em relação ao clero nacional. (*Apoiados. Muitos apartes.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Seja como for, já que é o Estado que concorre para os seminários, é preciso que se verifique a completa e absoluta liberdade na vocação religiosa, para que não seja possível recrutar-se, em uma idade em que não está formada a vontade, um contingente de meninos

destinados a receber a educação especial que os deve levar ao sacerdócio, a prendê-los por votos que o homem não poderá cumprir.

Foi por isso que votei ontem contra a verba dos seminários. Não pertence ao Estado criar padres para uma religião, seja da maioria, seja da minoria.

O que desejo é que o Partido Liberal mostre todos os dias, por atos seus, que se lembra dos seus compromissos em favor da liberdade de consciência, que eles não eram promessas irrefletidas de uma oposição ávida de ganhar o poder.

O programa que me parece dever ser o do nosso partido é este: a igualdade política de todos os cultos, sujeitos todos à ação da mesma lei civil.

Não basta a igualdade das religiões perante a lei, é preciso que a lei secularize definitivamente todos os atos da vida civil.

Quero a secularização do casamento tão completa, que a lei não cogite do casamento religioso. (*Apoiados.*) Quero a secularização dos cemitérios tão completa, que a lei não admita cemitérios sectários. (*Apoiados.*)

O Sr. Zama – Mas onde fica a liberdade de V. Ex.^a, se eu, católico, me quizer casar catolicamente?

O SR. JOAQUIM NABUCO – O nobre deputado, católico, pode casar-se catolicamente; mas o nobre deputado brasileiro e membro de uma comunhão civil e de uma sociedade que tem o maior empenho em resistir às invasões do clericalismo, não pode deixar de casar-se civilmente, e é só deste último casamento que a lei civil tomará nota. (*Apoiados.*)

O que eu quero, por consequência, Senhores, não é só a completa liberdade religiosa, não só a igualdade de todas as religiões, por tal forma, que o Estado não distinga entre elas; mas a secularização das relações civis, por tal forma, que o Estado legalmente não admita a intervenção de nenhuma seita no que é somente e exclusivamente domínio da lei comum, que deve definitivamente fechar ao clericalismo grande parte do terreno onde ele tem edificado os seus redutos. (*Apoiados.*)

Isso é o que os nobres deputados chamam o liberalismo francês, que diverge do liberalismo inglês. Eu direi, quando terminar, algumas palavras sobre a diferença entre esses dois liberalismos.

Em relação, por exemplo, à liberdade do ensino não desejo senão o que o nobre deputado por Mato Grosso [o Sr. Malheiros], no outro dia tão eloqüentemente expôs à Câmara, que os contribuintes, que são de todas as religiões, não sejam forçados a concorrer para que se ensine nas escolas públicas a religião católica, que muitos não professam, e em cuja superioridade muitos não acreditam. (*Apoiados.*)

Quanto a congregações só tenho uma palavra a dizer. O Governo não pode dizer aos jesuítas senão o que eles mesmos disseram – *non possumus!* (*Apoiados.*)

Os jesuítas não podem penetrar neste país, não podem ter nele direitos que os cidadãos brasileiros não têm. (*Apoiados.*)

Por um aviso, que ainda não foi revogado, não podem mais ser admitidos noviços nas nossas ordens religiosas, que se vão extinguindo no meio da dilapidação dos seus bens, sem que se cumpra a lei que os mandou converter, castigo talvez de terem sido elas, ordens de caridade e de pobreza, as maiores possuidoras de escravos deste país. Homens separados do mundo, para reunidos entregarem-se à prática de todas as virtudes divinas e humanas, foram durante muito tempo os senhores feudais mais importantes da nossa terra.

O Sr. Jerônimo Sodré – Deram exemplo de libertar os escravos espontaneamente.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eles nunca os deveram ter possuído! *(Apoiados e aplausos nas galerias.)*

Dizia eu, porém: é hoje vedado o ingresso de noviços nos nossos conventos. Como poderíamos, pois, admitir que ordens feudais fora do País viessem, ainda que disfarçadamente, constituir novos feudos no nosso território? Como admitir os jesuítas, quando não admitimos que os conventos recebam nem mesmo brasileiros que em Roma entraram para as mesmas ordens?

Ultimamente o partido ultramontano vai aproveitando com certas teorias chamadas liberais. Releve-me a Câmara dizer-lhe que não sei qual é preferível para eles: que esteja o Partido Liberal no poder ou o Partido Conservador.

O Sr. Antônio Carlos – Este é o nosso elogio: sabem que não seremos violentos.

O SR. JOAQUIM NABUCO – O Partido Liberal procede sob a pressão do sentimento de liberdade que ele tem, e reservando sempre uma aspiração estéril, que nada produz de prático e de real. Ele quer a separação da Igreja do Estado, mas, sem fazer nada para esse fim, ele sente-se, todavia, em relação à Igreja Católica, dominado de um sentimento que é próprio dos corações liberais – o desejo de respeitar a liberdade dessa igreja. É politicamente este procedimento uma deplorável contradição. Quando se nos oferece, por exemplo, uma questão em que é preciso fazer pesar a ação do Estado sobre a Igreja, dizemos logo: – a verdadeira solução é a separação da Igreja do Estado. Mas de fato, Senhores, nem separamos a Igreja do Estado, nem reivindicamos os direitos que o Estado tem sobre a Igreja. Por outro lado, somos partidários da liberdade de associação e, por isso, como que acenamos a todas as forças católicas e clericais para que se reúnam e aproveitem o domínio liberal, para se constituírem e para formarem cada vez mais poderosos centros de resistência.

Para mim não é esta a política liberal.

Seguramente eu quero a separação da Igreja do Estado; mas, enquanto a Igreja não for separada do Estado, enquanto o catolicismo achar-se, em relação às outras seitas, em uma posição de protegido...

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... enquanto ele tiver para as suas necessidades mais vitais, que interessam à sua própria existência, a subvenção do Estado, ao passo que as outras religiões são obrigadas a lutar pela vida para sustentarem-se a si mesmas e a seus ministros; enquanto houver, em relação ao catolicismo, esta diferença tão grande, que faz pesar a balança a seu favor, já que a religião católica, aceita como religião do Estado, se aproveita da contribuição de todos os elementos que formam a sociedade brasileira, sob o fundamento de ser útil ao País, eu quero que o Estado faça efetivas contra ela todas as disposições de que se acha armado, todas as prerrogativas que tem para defender os seus direitos, sempre que ela tornar-se perigosa para o Estado! (Muitos apoiados.)

Não quero somente que não haja privilégios, que não haja favores; mas que *caveant consules*, e que o Governo use largamente do direito que, desde os tempos antigos, o Estado adquiriu sobre a Igreja – o *jus cavendi*, o direito de precaver-se contra as invasões e as ciladas do clericalismo.

Pode parecer, Senhores, que este não é o verdadeiro liberalismo, mas que o verdadeiro liberalismo consiste, enquanto não chegamos ao resultado de separar a Igreja do Estado, em deixar a Igreja desenvolver livremente as suas forças, cada vez mais fortes os baluartes em que há de resistir, no dia da separação, às forças liberais do País. Este liberalismo para mim é uma abdicação, o abandono, à mercê da Igreja estabelecida, de certos princípios essenciais, que ficariam subjugados, se o partido clerical viesse um dia a ganhar a vitória.

Alguns Srs. Deputados – Não tenha susto.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Sinto que os nobres deputados misturem uma certa ironia a este seu dito. Não tenha susto, por quê? Porque o Brasil não oferece o espetáculo que ofereceu a Espanha, e não é nem o Equador nem o Paraguai? Mas, Senhores, a obra do clericalismo não é tão superficial como os nobres deputados supõem.

S. Ex^{as} aludem à educação católica que permite a um Voltaire, discípulo dos jesuítas, tornar-se o gênio mais assombroso que o clericalismo teve contra si. Eles todos os dias lançam-nos em rosto, a nós que não andamos no aprisco do Santo Padre, que não acreditamos no *Syllabus*, lançam-nos em rosto o fato de sermos, apesar da educação católica que tivemos, inimigos mais irreconciliáveis do clericalismo do que aqueles que foram educados no grêmio de outras religiões. Isso nada prova, Senhores, porquanto, se é sempre possível a alguns emancipar-se da tutela que sofreram, o maior número permanece sob o jugo, e os efeitos da educação clerical estendem-se sobre o País e são tão visíveis na indiferença como no fanatismo. Demais, Senhores, eu imagino a política que estou combatendo vencedora, livre, senhora do terreno.

Senhores, o liberalismo chamado francês parece diferir do liberalismo chamado inglês, mas só há dois liberalismos: o liberalismo das nações educadas

pelo catolicismo e o das nações protestantes. Sabeis por que em França o liberalismo vos parece afastar-se da verdadeira liberdade?

É porque na França o clericalismo é um perigo de todos os dias, com poderosas alianças estrangeiras, inimigo da forma de governo que a Nação tomou para si; é porque ele divide ao meio o país, querendo atirar uma das metades da sociedade sobre a outra. Sabeis por outro lado por que a Inglaterra, depois de grande luta, depois de grandes perseguições religiosas que pareciam tornar-se intermináveis, oferece hoje um asilo aos jesuítas e um argumento aos clericais da França? É porque a Inglaterra não é um país católico, porque ela libertou-se do governo de Roma por uma grande luta, e porque não tem que recear as pretensões ultramontanas. Se, porém, se visse de repente a sociedade inglesa agitada pelas maquinações jesuíticas e a pátria do governo livre tornada o ninho do absolutismo, ávido e cheio de esperanças, não seria só a Escócia que se levantaria, como ela levantou-se contra a nomeação feita pelo Gabinete Gladstone de dois católicos para cargos muito elevados do Estado, não seria só a Escócia que se levantaria contra a volta triunfante do domínio de Roma, seria a Inglaterra inteira.

Esta é uma diferença tão forte, tão acentuada, que nos próprios Estados Unidos, onde parece que nunca o menor receio de clericalismo poderia aparecer, o General Grant ocupou-se em uma das suas mensagens com a invasão do fanatismo clerical apoiado nas massas irlandesas.

Peço desculpa à Câmara por ter abusado por tanto tempo da sua paciência (*não apoiados*), mas sempre que aqui se tratar de uma dessas questões em qualquer dos lados da Casa em que eu me sente, correrei à tribuna. O meu maior amigo não pode contar comigo para esquecer um só dos princípios que sempre sustentei, assim como o meu maior inimigo pode sempre contar comigo para a defesa da liberdade e do direito.

É preciso que os grandes princípios da nossa oposição, a federação e o laço do nosso partido, representados aqui pela brilhante mocidade que ocupa os bancos desta casa, que estes grandes princípios que nós sempre defendemos, não sejam considerados meras armas de combate, pedras da funda com que os pequenos Davis da oposição conseguem sempre derrubar os grandes Golias do poder (*muito bem*); é princípio que não se firma a opinião de que nós não subimos ao poder para realizar as grandes idéias pelas quais o conquistamos.

Sim, Senhores, ambos os partidos precisam de legitimar-se e de fortalecer-se na confiança pública pela sua fidelidade no governo aos seus compromissos da oposição.

Na medida de minhas forças, pondo-me fora do alcance de todas as subjugações partidárias, independente e liberal, como é independente e republicano o nobre deputado pelo Amazonas, eu farei todo o possível para evitar que haja na sociedade brasileira qualquer novo fracionamento, qualquer nova causa de separação; e sempre que um perigo de divisão aparecer, o meu posto será nesta tribuna. (*Muito bem.*)

Tenho ouvido muitas vezes, e recordo-o com pesar, alguns colocarem a Província acima da Pátria, e falar do País, como se fosse um agregado sujeito a divisões intestinas e a futuros desmembramentos. Não eu, Senhores. Sou brasileiro, acredito na integridade do meu país e estou certo que aqueles que a quisessem perturbar, não com essas palavras de rebeldia e traição, mas por atos, seriam imediatamente esmagados pela decisão e firmeza da vontade nacional. Não há separação possível, para mim, das Províncias, mas há uma separação moral que só pode enfraquecer o nosso país. É a separação, Senhores, da nossa pátria em castas, ou sejam sociais, ou sejam religiosas, ou sejam políticas: é a separação criada, ou por privilégios eleitorais, ou pelo grande feudalismo territorial, ou pelo monopólio da Igreja do Estado. (*Muito bem.*)

Sempre que se tratar de fazer uma pátria em vez de duas; sempre que se tratar de destruir o grande feudalismo territorial, fechado à ação da justiça e da autoridade; oligarquia eleitoral fundada na exclusão das grandes maiorias do País do direito do voto; e o *uti possidetis* da Igreja oficial, cujas ramificações crescem sempre, eu estarei no meu posto, porque, como disse, sou moço e quero concorrer com as minhas forças para a fundação de um país unido, livre, onde todos os privilégios fundados na injustiça desapareçam, e que não tenham que recear elementos de desunião e de ódio, venham eles das pretensões da escravidão, das pretensões das aristocracias políticas, ou por fim das pretensões clericais, que não podem triunfar neste século sem levar de vencida as duas grandes forças que o impelem: a ciência e a liberdade!

(*Muito bem; muito bem. Prolongados aplausos nas galerias. O orador é cumprimentado por muitos Srs. Deputados.*)